

09 AGO 1990

Senado deixa de votar Lei de Benefícios e Custeio da Previdência

GAZETA MERCANTIL

por Marta Salomon
de Brasília

D 11 1 1

O governo impediu novamente ontem a votação da Lei de Benefícios e Custeio da Previdência Social, que já tinha as assinaturas de mais de 50 senadores para a votação em regime de "urgência urgentíssima". "Nós evitamos a votação porque o governo não está gostando do projeto", afirmou o líder em exercício, senador Ney Maranhão (PRN-PE). Ele comandou a retirada de assinaturas de aliados do governo no pedido de urgência.

A votação do projeto — em discussão no Congresso há mais de um ano — ficou adiada para hoje. "Estamos dependendo de um acordo", disse Maranhão, que esperava receber do Palácio do Planalto sugestões de emendas ao projeto. Segundo informações de técnicos do governo, o projeto, caso aprovado, poderá impedir a meta de superávit de 1,22% do PIB nas contas públicas neste ano. As alternativas para retardar os gastos, porém, ainda não estão concluídas.

O projeto que causa polêmica foi enviado ainda durante o governo Sarney ao Congresso para regulamentar dispositivos da Constituição, como o piso de um salário mínimo para os benefícios. "Mais de 10 milhões de aposentados e pensionistas serão beneficiados com o projeto", calculou o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas da Previdência, Oswaldo Lourenço, que esperava ontem a aprovação do projeto. Se o projeto sofrer mudanças no Senado, dificilmente irá à sanção do presidente Fernando Collor neste ano.

Uma das propostas em estudo pelo governo é implantar gradualmente o direito ao piso de um salário mínimo para os mais de 4 milhões de trabalhadores rurais aposentados. Isso significa dobrar os custos da Previdência nessa área, já que os aposentados rurais ganham meio salário mínimo.

Outros dispositivos também provocariam forte impacto nas contas da Previdência, como o pagamento retroativo a 1989 do 13º salário integral e a atualização do valor das aposentadorias, com o pagamento da diferença devida a 1 milhão de trabalhadores que se aposentaram desde a promulgação da Constituição, em outubro de 1988.